

## ACTA 7/2005

-- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e cinco, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Taxa Municipal de Direitos de Passagem; 3) Documentos Previsionais para o ano de dois mil e seis - Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-- Passavam quinze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por iniciada a sessão, referindo que "gostaria de agradecer as saudações de boas-festas enviadas por diversas entidades, como Juntas de Freguesia, às quais vou responder, naturalmente, em nome da Assembleia. Foi distribuída a lista de entrada de correspondência do período que mediou a última Assembleia e a presente. Há um pedido de substituição da Deputada Leonor Coutinho e hoje toma posse o Doutor Frederico Pedrosa que, dado que justificou no prazo de menos de trinta dias a sua ausência na Tomada de Posse, hoje toma, formalmente, posse como membro efectivo desta Assembleia." -

-- O Segundo Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, fez a chamada. -----

-- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período antes da Ordem do Dia, informando que "desta Assembleia fazem parte da Assembleia Metropolitana dois deputados, Elsa Pinheiro, pela bancada do Partido Socialista, e por mim próprio, pela bancada do Partido Social Democrata. Tomámos posse no passado dia 20 de Dezembro. Foi distribuída na última Assembleia Extraordinária, para futura aprovação, a acta da primeira reunião onde foi instalada a Assembleia Municipal, presumo que todos a leram e gostaria de perguntar se alguém deseja intervir sobre este assunto?" -----

-- Não havendo intervenções, procedeu-se à votação da acta, tendo esta sido aprovada por maioria, com duas abstenções, uma do PS e uma do PSD. Prosseguiu-se com o período antes da Ordem do Dia. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo Correia referiu que "trago aqui duas questões, uma prende-se com a Guarda Nacional Republicana na Ericeira e outra tem a ver com o biodigestor que vai ser instalado na Abrunheira. Relativamente à GNR, surgiram notícias na Comunicação Social Local sobre o possível encerramento do Posto da Ericeira. Simultaneamente, começaram a sair na Comunicação Social nacional diversos artigos dando conta que a reestruturação das forças de segurança iria implicar o encerramento de postos da GNR, bem como da PSP e essa situação tornou-se preocupante para nós. De facto, estranhámos como é que poderia ser possível encerrar um posto na Ericeira, se bem que já conhecemos as condições - estivemos lá há quatro anos e as condições já eram deploráveis e nada foi feito deste então -, mas retirar a GNR da Ericeira era algo que, pelo menos para nós, não nos passava pela cabeça e não podemos deixar que aconteça. Perante estas situações, tive oportunidade de ter uma reunião com o Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Mafra da GNR, o Senhor Capitão Ferreira, na qual levei todos os recortes de jornais, quer da imprensa local, quer da nacional e manifestei a minha preocupação, e do grupo do PSD, relativamente ao assunto. Aquilo que o Senhor Comandante me transmitiu, numa primeira fase, foi a estranheza total, relativamente à possível inspecção que houve ao posto da Ericeira. Segundo ele, que está em funções desde Outubro no Comando do Destacamento em Mafra, não tem informações sobre qualquer inspecção ao posto da Ericeira. Haverá alguma troca de informações, eventualmente, e o que vem em notícia é que o posto teria sido vistoriado pela Inspeção Geral das Actividades Económicas, ora o posto da GNR é uma unidade militar, é uma força paramilitar, rege-se pela conduta militar, e o seu Comandante de Destacamento disse, quase de certeza, que as actividades económicas não entram dentro das unidades militares para ver se aquilo tem condições de funcionamento. Possivelmente, uma inspecção sim do IGAI, portanto,

em vez de ser o AE que são Actividades Económicas, IGAI que é Inspeção Geral da Administração Interna, essa sim já há algum tempo tinha estado em Mafra. Constatando aquilo que todos nós constatamos do lado de fora, e tivemos oportunidade de ver por dentro, que são as condições deploráveis do Posto da Ericeira e relativamente a Mafra há um problema com as celas, sei que a Câmara já fez lá uma intervenção, mas creio que ainda não reúne os requisitos de segurança necessários para que não possam ocorrer ferimentos nos presos, foi esta a informação que nos foi dada pelo Comando, sendo que, neste momento, só existem duas celas em funcionamento no Concelho de Mafra que é no novo posto da Malveira. Situações anómalas, por exemplo na Passagem do Ano, em que acontecem distúrbios provocados pelo álcool, quem ficar detido eles vão ter que andar a passear com as pessoas por Torres Vedras, Santa Cruz, a ver onde é que há um espaço para a colocar, é caricato, mas é assim. Se a patrulha sai com o carro para ir à procura de um sítio para colocar os detidos, ficamos sem carro de patrulha em Mafra ou na Ericeira. Isto foi uma preocupação levantada pelo Senhor Comandante do Destacamento de Mafra. O grupo do PSD já fez uma série de pedidos de visitas e de reuniões com o Comando não só aqui, mas também do Comandante de Sintra para nos inteirarmos desta situação para, cabalmente, trazermos aqui na própria Assembleia o que é que a GNR pretende fazer com estes postos, até porque o Plano de Reestruturação das Forças de Segurança, apresentado amiúde pelo Senhor Ministro da Administração Interna prevê que com o encerramento de algumas unidades a venda desses imóveis vá servir para equipar não só em termos de armamento, de material de segurança para os guardas, mas também para recuperar as instalações que estejam devolutas, como é o caso da Ericeira. Segundo informação que tive, oficiosa, da parte do Comando Geral da GNR, sei que a intenção é exactamente aproveitar essas verbas para construir, finalmente, o quartel na Ericeira no terreno que já há muitos anos foi cedido pela Câmara. Portanto, temos que aguardar, de certa maneira, a saída do Plano de Reestruturação que era previsto para Janeiro. De acordo com informações que temos quer do Comando de Destacamento, quer de pessoas ligadas ao Comando Geral da GNR, é que não está em cima da mesa sequer a hipótese de retirar a GNR da Ericeira. Portanto, terá sido alguma coincidência de notícias que poderá ter levantado algum alarmismo, sei que houve pessoas e comerciantes que ficaram preocupados na Ericeira. A segunda questão tem a ver com o biodigestor que a empresa Tratólixo irá construir na zona da Abrunheira, recebi uma informação que o concurso já teria terminado e que estava numa fase de avaliação de propostas para começar a obra, nomeadamente na Comunicação Social já vinham prazos de conclusão de obra. A questão que me traz é se já estamos tão adiantados? Tive uma informação que gostaria que o Senhor Presidente confirmasse de que teria havido alguns recursos, por parte de concorrentes, que vai atrasar em todo o processo durante mais um ou dois meses. A ser assim, pergunto para quando a criação da Comissão de Acompanhamento que o Senhor Presidente propôs desde a primeira hora e que esta Assembleia gostaria de se pronunciar sobre ela e até para nomear, eventualmente os seus representantes?" -----

-- De seguida, o Senhor Armando Madeira fez duas declarações, as quais se anexam a esta acta com as designações de ANEXO UM e ANEXO DOIS. -----

-- Respondendo ao Senhor Armando Madeira, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que "a comissão eleitoral que compõe todas as forças políticas, de representantes e candidatos à Assembleia Metropolitana de Lisboa, teve como objecto a sua reclamação, quer anteriormente, quer posteriormente, e considerou que a mesma não era devida e não devia ser dado provimento. Idênticos casos ocorreram quer na Assembleia Municipal de Setúbal, quer na de Mafra, portanto, a normalidade democrática foi cumprida, tinha sido condição de que todos os membros que iriam votar teriam que tomar posse em Assembleia Municipal e isso foi comunicado. Eventualmente, poderíamos ter feito uma outra alternativa, mas o pedido de substituição deveria ter sido anterior à Assembleia Municipal onde nós estivemos presentes." -----

-- O Senhor Carlos Amaral afirmou "o que me traz aqui é uma notícia publicada no Carrilhão de quinze de Novembro de dois mil e cinco, em que passo a citar um pequeno trecho que consta assim, a propósito da inauguração das novas instalações da Junta da Freguesia da Encarnação: «ladeado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, Vice Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo, e os novos Vereadores, o Presidente da Câmara Municipal acentuou no seu improviso que a Encarnação era uma freguesia de que gostava muito, mas agora que venceu em todas as dezassete do Concelho, teria que cuidar de todas do mesmo modo», para nós sabermos que não devemos acreditar em tudo o que vem nos jornais. A primeira coisa que eu queria era que o Senhor Presidente, por favor, confirmasse a veracidade desta notícia e, em caso afirmativo, que nos esclarecesse porque é que nos mandatos anteriores tratou umas freguesias como freguesias de primeira e outras como freguesias de segunda?" -----

-- O Senhor Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, enquanto membro da Comissão Municipal de Saúde, fez uma intervenção que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas, dizendo que "não tenho conhecimento, de nível elevado, de qualquer tentativa de encerramento de postos. A pior coisa que pode acontecer nestas situações complicadas, neste tempo em que vivemos, é o boato. O boato não tem rosto, não tem nome e procura destabilizar, essa destabilização às vezes serve interesses outros que não os interesses das populações, portanto, quando me apercebi que havia a circular uma situação, não era só o da Ericeira, era também o da Azueira que se falava, dado o reduzido posto e a concentração na Malveira, questioneei quem de direito sobre a matéria e da parte do Comando Geral da GNR foi-me garantido que não, inclusivamente que o projecto da Ericeira estaria já em fase de conclusão no Gabinete de Estudos e Planeamentos da direcção respectiva, não sei qual é, e que eu teria que fazer pressão no sentido de acelerar o processo que está em curso e manter um posto de atendimento na Guarda Fiscal. O atendimento permanente e directo à população da vila da Ericeira seria feito na Guarda Fiscal da Ericeira, enquanto que o Quartel iria lá para cima. Deve-se ter algum cuidado na alimentação desses boatos, depois aparecem aquele título jornalístico «será que encerram?» e ficam os comerciantes aflitos. Sobre a questão do biodigestor e da Comissão de Acompanhamento, de facto, nós propusemos na AMTRES a exigência de uma Comissão de Acompanhamento para verificação da conformidade com todo o procedimento legal e da escolha do tipo de biodigestor, há vários tipos, húmidos, secos, uns mais interessantes do que outros do ponto de vista ambiental. Neste momento, está aberto na Tratalixo o concurso, foram abertas as propostas do concurso do biodigestor, aconteceram seis reclamações, recursos hierárquicos, por razões várias, aquelas guerras próprias dos concursos. Há trinta dias, elas foram abertas há oito dias, salvo erro, para responder a esses recursos hierárquicos, depois haverá contra-respostas, todo aquele processo burocrático. Depois, as comissões de abertura e análise procederão, até Abril, à elaboração dos respectivos relatórios. É nossa intenção que na próxima Assembleia Municipal, a decorrer em Fevereiro, seja constituída a Comissão de Acompanhamento para antes da tomada de decisão sobre a adjudicação da melhor proposta não só financeira, mas também técnica, porque é isso que nos interessa particularmente. Não haverá adjudicação sem o pronunciamento ou audição dessa Comissão de Acompanhamento. Já temos ideia da estrutura que essa Comissão há-de ter, em termos de formato, deverá ter um representante de cada Junta de Freguesia da área directamente envolvida, um representante da Assembleia Municipal, isto é sugestão, depois logo se verá se é sim ou não, um representante da Autoridade de Saúde, um representante da Quercus, que é o Engenheiro Berkmeier, e, eventualmente, dos Agricultores, uma vez que o produto final dos biodigestores poderá ser a sua utilização na agricultura. Esta será, então a proposta que iremos apresentar à Câmara e depois submeter à digníssima Assembleia. O que deve acontecer é que esta Comissão deve entrar em funções antes da apreciação final dos relatórios das Comissões Técnica e Financeira

de apreciação. Não haverá decisão sobre qual o método ou o modelo de biodigestor a instalar sem o pronunciamento da Comissão de Acompanhamento, entre outros. Em relação às declarações do Senhor Carlos do Amaral, eu teria dito naqueles discursos, o que está aí não me interessa, se calhar foi retirado depois de uma intervenção de um quarto de hora uma frase, retirou-se a frase de um contexto e depois dá-se o sal e a pimenta que se quer para provocar o efeito que se pretende. Se o disse, não era com esse objectivo, aliás, a prova provada é que em todas elas a Câmara interveio de igual maneira, não pela cor, não pelo personagem que está à frente da Junta, mas de uma forma perfeitamente homogénea, sempre salvaguardando a defesa e o valor dos interesses municipais, independentemente dos lugares onde eles se localizam. Já há muito tempo que eu disse, e não tenho pejo nenhum em afirmá-lo, que tenho uma simpatia particular pela Encarnação, daí não vem mal ao mundo, o mal seria eu omitir essa questão e não o dizer, não representa situações de investimento privilegiado ou de acompanhamento privilegiado em matérias que são decisivas para o bem-estar e para o desenvolvimento económico-social que nós queremos em todo o Concelho e não particularmente na Encarnação. Se o disse não tem essa segunda intenção e teve, com certeza, o contexto do discurso que foi feito. Se me acusavam eventualmente de ter o privilégio da Encarnação, agora não tenho porta de saída por tenho que gostar de todos, ganhei em todos. Continuarei com o meu comportamento e a minha forma de ser a fazer propostas no âmbito de todo o Concelho, de todas as freguesias, independentemente de quem está ou da cor ou do partido.” -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se ao período da Ordem do Dia, introduzindo o primeiro ponto relativo à Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu que “entretanto, já tinha decorrido a execução desse documento que vos foi distribuído, procedi à assinatura em Lisboa do protocolo com a EPAL. Este protocolo veio culminar todo um processo de negociação e que vai ter efeitos práticos no ano de dois mil e sete porque vamos estar ligados ao grande adutor de Arcena, a chamada «CREL» da água, que, a partir de Junho de dois mil e sete, vai possibilitar ao Concelho de Mafra não ter só os vinte e quatro mil metros cúbicos de água que consumimos hoje, mas quarenta e oito mil metros cúbicos, o que nos dá, no horizonte de projecto, e se as contas estão bem feitas, algum sossego para os próximos vinte e cinco a trinta anos. Este é o estudo que a EPAL nos apresentou. É evidente que uma parte do investimento é feito pela EPAL, cerca de três milhões e meio, e um milhão e oitocentos mil contos cabe ao Município de Mafra, isto é, dentro do território municipal é a Câmara que paga, dentro do território fora do Município é a EPAL. A EPAL para aceitar este protocolo, e foi um protocolo com alguma dificuldade de negociação, tem que provar que existe rentabilidade de investimento. Como é que prova que nós nos obrigamos a manter consumos mínimos obrigatórios? Isto é, no horizonte de projecto, a rentabilidade da conduta é medida em função dos caudais que a atravessam. Esses caudais foram negociados por nós, estávamos numa posição não diminuta, mas com alguma dificuldade, uma vez que o abastecedor maior é aquele que maior capacidade tem de negócio é a EPAL. No entanto, conduzimos as situações, não é mérito nosso, mas das equipas que procederam a essa negociação, para que o Concelho de Mafra não seja obrigado a pagar água sem a consumir. Os tais mínimos que, anualmente, têm que ser obrigatoriamente executados vão ser, garantidamente, consumidos. Mais uma vez, e realço aqui este aspecto, foi dito pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da EPAL, o Concelho de Mafra foi o primeiro Município com quem eles conseguiram realizar um protocolo desta ordem. Esse protocolo, também a título de curiosidade, vai servir de base negocial da EPAL com os outros municípios. Este protocolo também já o perseguíamos há dez, doze anos, na altura em que prevíamos que, por esta altura, as situações de abastecimento poderiam ter alguma dificuldade, até agora não tem feito sentir-se, nós prevemos que é no momento exacto que vai existir o novo adutor, ou seja, a partir de Junho de dois

mil e sete, altura em que o crescimento populacional ultrapassa em muito, ou razoavelmente, aquilo que são as condições de adução até agora sentidas. Mantemos, no entanto, também o abastecimento com as Águas do Oeste, via Torres Vedras, mantemos via Lousa que é fonte de abastecimento própria e esta agora que vem por Casais da Serra, Vale de São Gião, direito ao reservatório da Venda do Pinheiro. Este investimento implica também que possamos fazer, ou tenhamos que fazer obrigatoriamente, um conjunto significativo de obras dentro do interior do Concelho, para transportar de uma ponta do Concelho para o resto do Concelho esse benefício e essa possibilidade de abastecimento. Vamos ter que construir um novo adutor entre a Venda do Pinheiro e Mafra, vamos ter que reforçar, em secção ou construir um novo, o adutor entre Mafra e a Ericeira e algumas outras alterações em termos de adução e transporte e depois a própria ramificação. São investimentos que já começaram a ser feitos alguns deles e que, daqui para a frente, têm que ser implementados para cumprirmos os tais mínimos obrigatórios." -----

-- O Senhor António Milhano interveio, dizendo que "o tema é recorrente, é o tema da SIMTEJO, verificam-se, ainda, alguns contratos com data de conclusão expirada, a maioria deles com mais de um ano de atraso, até perto dos dois. Queria saber se já há alguma resposta da SIMTEJO em relação àquelas questões que temos formulado, nomeadamente saber quais são as causas do atraso e como é que se vai recuperar esse atraso? Em relação à questão da EPAL, também saber se estes investimentos que estão a ser feitos na adução a Mafra se se vão repercutir também, em termos de utente, nalguma redução no valor do metro cúbico? Há uma outra questão que respeita a habitação social que está a ser executada em Monfirre, não está em causa nem a necessidade do apoio, nem a bondade da intervenção, gostaríamos, no entanto, de ter mais informação sobre este ponto, nomeadamente se a edificação em causa é da Câmara, caso não seja a quem pertence? Nesse mesmo caso, que mecanismos estão criados para impedir a transacção dessa propriedade no futuro? Se não seria melhor concentrar o esforço municipal no desenvolvimento de habitação social planeada, uma vez que este ano já é o segundo caso em que a Câmara tem que acudir a situações desta ordem?" -

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que "começando pela habitação de Monfirre, são casos pontuais de extrema gravidade e de impacto altamente negativo. O caso em questão é o de uma família cujo pai é reformado, um senhor já com alguma idade, impossibilitado de todo de desempenhar normalmente a sua função laboral, vive de uma reforma, a senhora também com alguma idade lá vai trabalhando, quatro crianças que a mãe abandonou por razões várias e dormiam os seis no mesmo quarto. É evidente que ao ser alertado para esta situação através da Junta, mandei logo o nosso Assistente Social ver como é que se poderia resolver aquela situação, não podia permitir mais que aquela gente continuasse a dormir daquela maneira. Uma vez encontrei uma das crianças, pequenita, muito bonitinha, toda mordida das pulgas. Fizemos um projecto à pressa, procurámos apenas saber se o terreno onde aquele casebre estava era propriedade dos senhores, era, resolvi intervir de imediato. Estamos a ultimar os projectos, o empreiteiro já está em obra, entretanto, a Segurança Social realojou a senhora um mês ou dois, o tempo que vão durar as obras, porque aí o importante é resolver a questão daquelas crianças, daquela família que está absolutamente traumatizada, para juntar a isto, por razões de separação do casal, o filho da senhora, que é o pai das crianças, vive lá também. A Segurança Social está a acompanhar a situação, em termos de apoio psicológico, para ver se a consegue remediar e o objectivo da construção, independentemente dela não respeitar a normalidade, que era um projecto que devia entrar na Câmara, era proporcionar um ano, pelo menos a passagem de dois mil e cinco para dois mil e seis àquelas quatro petizes um bocadinho melhor. Eu aí, e que me perdoem, mas não olho a meios para atingir os fins, os fins era resolver o problema. Também temos o problema da habitação social que vamos resolver o problema, mas aquilo não é compaginável com a espera burocrática da construção do edifício, aliás o que

fizemos na Enxara do Bispo também é um caso destes, eu dei conhecimento aqui à Assembleia. São questões pontuais, a Câmara deve intervir tentando minimizar o efeito negativo, eu sei que há mais casos desses, procuramos com a Segurança Social, através de outros apoios, tentar resolver as questões. Quando de todo se tornam impotentes, nós não podemos ficar de braços cruzados à espera que a burocracia resolva o problema das crianças e, portanto, continuarei a agir assim até me proibirem de todo, o que não acontece com certeza. Relativamente à SIMTEJO, julgo que agora com a tomada de posse da nova Câmara Municipal de Lisboa, com o novo Executivo, as coisas estão resolvidas, o próprio Presidente da Câmara Municipal de Lisboa já disse que era intenção dele pagar o que deve à SIMTEJO. A SIMTEJO, já referi isso aqui, tem dois ou três grandes problemas de ordem financeira que são Loures que não se entende com Odivelas, por causa da separação do Concelho e das responsabilidades de quem é que paga o quê, depois Lisboa, estamos a falar de montantes de dois milhões e tal de contos que as três Câmaras devem, isso torna inviável, financeiramente, o projecto SIMTEJO. As Águas de Portugal assumiram uma posição de defesa, não investiram mais, como sabem, o Estado está representado pelas Águas de Portugal na SIMTEJO e temos andado numa situação de impasse, nem o capital social eles tinham subscrito, o reforço do capital social da própria SIMTEJO. Falta pagar à SIMTEJO os montantes referentes ao caudal, ao líquido tratado. Nós pagamos oitenta e dois metros cúbicos por água tratada à SIMTEJO, com os contadores medidores de caudais que temos nas estações de tratamento, e Lisboa não paga um tostão, não pagou até agora, mas julgo que vai pagar. Durante a campanha eleitoral, alguém dizia para verem, por exemplo, o caso da Câmara da Amadora, que tem o problema resolvido, a Câmara da Amadora não trata um litro de água que seja, não tem uma estação de tratamento, vai tudo direito ao caneiro de Alcântara e depois desemboca por outras linhas de água. Isto para dizer que, da última reunião que tivemos com o Conselho de Administração, existem alguns sinais de clarificação das posições e da solução definitiva dos compromissos a que estão obrigados os municípios. O Município de Mafra, conjuntamente até há pouco com o de Vila Franca de Xira, mas agora só de Mafra, é o único que tem as contas em dia. Pode dizer-se que nós pagamos menos porque temos menos habitantes e temos menos caudal a tratar, mas temos tudo em dia. Devo também referir que já foram lançados, neste momento, dois concursos, um deles é o do Gradil, da Caneira. É o reforço da estação e o intersector que vai desde o Gradil até lá abaixo à Caneira, foi também lançado o da Murgeira – Barreiralva, concurso público para execução de obra física, contando já que acontecesse esse reforço de verba por parte dos municípios que têm dívidas e uma série de projectos, por exemplo na Foz do Lizandro, o intersector entre Mafra – Foz do Lizandro, o intersector Mafra – Paz e a Foz do Lizandro na vertente nascente do Sobreiro, da estrada nove, há uma série de projectos que estão em curso. Estes concursos que estão lançados e que vão ser implementados, se isto acontecer, julgo que, durante este ano e o próximo ano, as coisas entrarão no ritmo normal como nós desejamos. Nós apostávamos que o Engenheiro Sócrates, que foi o «pai» desta Associação de Municípios, que desse um reforço e uma nota, que até aqui não tem sido possível, por outras razões com certeza, mas julgo que ele, através do Ministro do Ambiente, não vai deixar cair este projecto, no fundo tem vantagens, para além daqueles prejuízos que inicialmente se pensava. Nós também conseguimos que a reserva de eficiência da Junta Metropolitana de Lisboa, que eram cerca de quatro milhões de contos, fosse distribuída por duas situações, na margem Norte e margem Sul, metade para cada uma das margens, embora a reserva de eficiência se deva à grande capacidade de intervenção dos municípios da margem Norte todos eles. A margem sul tem muitos projectos atrasados, mas de qualquer forma, entendeu-se dividir os quatro milhões de contos, dois milhões para cada uma das margens, da margem norte metade desses dois milhões de contos foi para a Sanesto, um milhão de contos foi para a SIMTEJO, para reforçar os projectos e as candidaturas que tínhamos apresentado ao fundo de coesão. Relativamente à água, referiu se havia uma diminuição. Não pode haver, esse problema já foi

debatido na Câmara e é oportuna a sua questão, na medida em que, com a entrada em funcionamento deste adutor em dois mil e sete e com estes mínimos, nós vamos abandonar as captações de Fonte da Telha. As captações de Fonte da Telha que têm água, estamos a falar de cerca de dois a três mil metros cúbicos, oscila, entre mil e quinhentos e três mil metros cúbicos que conseguimos extrair, digamos quando o Verão está em baixo, no fim do Verão conseguimos extrair mil e quinhentos metros cúbicos por dia, quando estamos no início do Verão conseguimos extrair dois mil, dois mil e quinhentos metros cúbicos de água por dia, isso representa quinze por cento das captações do Concelho, de água que consumimos no Concelho. Para garantirmos esses mínimos temos que anular essas captações, pareceria à partida um mau negócio, se temos água própria porque é que vamos anular essa água e vamos comprar outra? Esta água tem níveis de dureza que não são compagináveis com a água de qualidade que a EPAL nos fornece. Tentámos, através da osmose inversa, um processo de reconversão da água, retirando a dureza, que em termos técnicos chamam calcário, que a água tem, tornava-se mais caro o processo de reconversão, retirando a dureza, do que comprar mais água à EPAL mesmo subindo o preço. O processo de osmose foi posto de lado, uma vez que temos água disponível agora nos dois adutores e já estava previsto que, logo que tivéssemos outra fonte de abastecimento, estes quinze por cento de água desapareciam. Esta água custa-nos a cerca de um quilowatt por metro cúbico, catorze escudos, à volta disso, cá em cima no Seixal, é quando ela depois entra nos reservatórios para ir para a Ericeira. É uma água barata, digamos assim, entrou na fórmula de cálculo para o preço unitário da água por metro cúbico. Eu ao retirar essa parcela dos quinze por cento, tenho que introduzir água que estou a comprar a oitenta e tal escudos, portanto, baixar agora um escudo ou dois por metro cúbico, porque é essa a diferença que conseguimos, e em dois mil e sete subir oito, nove, dez por cento, decidimos agora não retirar esse um ou dois escudos em dois mil e seis para depois em dois mil e sete o aumento ser normal e não os oito por cento ou nove para que o tarifário atinja os valores da proposta apresentada." -----

-- Não se verificando mais intervenções, passou-se ao ponto número dois, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu que "isto é uma taxa que foi acordada entre a Associação de Municípios e o Governo que tem a ver com a Portugal Telecom. Quisemos, desde há algum tempo a esta parte, que as distribuidoras de electricidade e os telefones pagassem taxas de atravessamento aéreo ou subterrâneo, não fazia sentido quando essas empresas eram Estado, não fazia sentido cobrar de um lado e tirar do outro. Uma vez que elas foram sendo privatizadas e que geram lucros, ao que parece e a ler nos relatórios de contas fantásticos, porque não também, uma vez que qualquer cidadão que queira atravessar a via pública tem que pagar uma taxa de atravessamento, até se manter esse atravessamento. Nesse sentido, a Associação de Municípios desenvolveu com o Governo um conjunto de reuniões no sentido de taxar o atravessamento aéreo ou subterrâneo, nós até íamos mais longe, se o atravessamento fosse subterrâneo isentávamos de taxas, se fosse aéreo cobrávamos uma taxa, isto é para retirar todos estes «estendais» que por aí andam espalhados pelas ruas. Acontece que na EDP ainda não conseguimos, mas na PT já. Esta taxa tem que vir todos os anos à Assembleia Municipal, é zero vírgula vinte e cinco por cento do valor da factura, ainda não recebemos nada, no ano passado já criámos a taxa, todos os municípios têm a taxa igual, mas o nosso objectivo não era que os consumidores, os utilizadores da PT, tivessem que pagar a taxa, era para ser retirado dos lucros da PT, só que eles indexaram logo Taxa Municipal." -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos do Partido Socialista, um independente e vinte e quatro do Partido Social Democrata. Foram apresentados dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. Depois da apresentação do resultado, o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três da Ordem de

Trabalhos, relativo aos Documentos Previsionais para o ano de 2006 – Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara disse que "vou referir quatro situações que julgo de importante relevância para os próximos quatro anos. Uma delas tem a ver com o abastecimento de água, eu já vos falei neste conjunto grande de investimentos e os números estão aí, são de facto significativos face não só ao adutor principal, mas também à rede interna da distribuição. É de facto um grande investimento, paralelamente e conjuntamente com aquilo que é um investimento normal que ronda os cem até duzentos mil contos de investimento no reforço normal dos abastecimentos e das condutas, conservação e manutenção de toda a rede. Convém referir que nós temos cerca de oitocentos quilómetros de rede de distribuição de água. Uma outra questão também tem a ver com o saneamento porque para acompanhar este ritmo, e temos muitos projectos já em fase de ultimate, que se prevê que a SIMTEJO venha a ter, nós temos que fazer investimentos, uma vez que eles só fazem os adutores, as estações elevatórias e de tratamento, nós temos que fazer a rede colectora e a rede de transporte em baixa, chamamos assim, há também uma grande «fatia» do orçamento destes quatro anos que é previsível que aconteça nessa situação. Depois, a CRIMA, terceira fase, a primeira fase, como sabem, foi desde perto do Intermarché até lá abaixo à Estrada Municipal quinhentos e quarenta e nove; a segunda fase está em adiantado estado de execução até ao Sobreiro e a terceira fase irá até ao alto do Sobral da Abelheira. Procuramos, assim, penetrar rapidamente no interior do Concelho, possibilitando uma melhoria substancial de acessos e de acessibilidade que permitirão aproximar as freguesias mais distantes, por um lado, e, por outro lado, potenciar a dinamização desse espaço interior, ainda hoje através do sinuoso e das suas curvas muito simpáticas, mas fastidiosas e que consomem muito tempo, afastam qualquer tipo de interesse a investir nessas áreas. Julgamos que esta terceira fase da CRIMA, que vai ligar o Sobreiro ao alto do Sobral da Abelheira, permitirá que desde o alto do Sobral da Abelheira até Mafra se faça em cerca de doze minutos, o que é bastante significativo, baixando, significativamente, o número de veículos da Estrada Nacional nove que começa a ser preocupante. Esta foi uma estrada que foi concebida para um tráfego que não é o que está hoje a acontecer, embora ele escoe com alguma facilidade, mas tem este inconveniente. Depois, a outra grande área, e esta é de sobremaneira querida e pensada por todos, é a parte da rede escolar, a Educação. Nós propomo-nos a gastar oito milhões de contos, quarenta milhões de euros, em quatro anos para construir cerca de catorze escolas. Este projecto, que nós começámos com a Hélia Correia, a Escola da Póvoa da Galega, com a da Malveira e da Venda do Pinheiro, como eu disse já várias vezes aqui, é para estender a todas as freguesias. Fizemos a Carta Educativa que era um documento fundamental para sustentar esta proposta de investimento e execução desta grande proposta. Qual é o objectivo? Claro que no último ano vão-se inaugurar muitas escolas, mas tem que ser assim porque as coisas só podem ser inauguradas depois de feitas, quem me dera ter já as escolas todas prontas, não é possível, o modelo financeiro e a própria estrutura empresarial que lhes está associada tem algum tempo de maturação para poder ser concretizado, no entanto, e ainda hoje acabei uma reunião com o banco e técnicos consultores na área da gestão para analisarmos as premissas que conduzirão à execução deste magnífico projecto. Digo magnífico porque em quatro anos, e de uma forma muito rápida, nós conseguimos elevar ao nível do muito bom, a este nível a capacidade de oferta em termos de habitáculos, com qualidade, porque continuar a chamar escola a uma casa de quatro paredes, uma casa de banho e um logradouro, com uma vedação muito bonita e pomposa e com um mastro para pôr uma bandeira, uma escola que já não é para o nosso tempo. Uma das grandes batalhas do desenvolvimento passa exactamente pela Educação, se queremos cidadãos mais atentos, mais agressivos e mais críticos temos que os educar logo desde o início, não podemos esperar para amanhã o que eles carecem de aprender hoje. É uma batalha que o Governo também está a travar, já estava, mas agora

também com uma outra força, como dizia a Senhora Ministra da Educação, retirando esta frase com todo o respeito do discurso que fez, «não importa quem vai pagar, o que me importa são as crianças», foi dito por ela e eu partilho inteiramente, evidentemente que isto não demonstra nenhuma irresponsabilidade da Senhora Ministra, como óbvio, nem tão pouco a minha pessoa, na qualidade de Presidente da Câmara, claro que me importa quem é que vai pagar. O projecto vai demorar cerca de vinte e cinco, trinta anos a pagar, não sabemos ainda qual é o modelo, tudo aponta para um conjunto largo de investimentos, a Câmara irá pagar uma renda anual e por metro quadrado à medida que as escolas forem entregues ao Município para as entregar, por sua vez, à DREL para as explorar, no bom sentido. Prefiro pagar esta renda anual de cem, duzentos, trezentos mil contos por ano, do que estar a pagar esta mesma renda para estádios de futebol, como está a minha colega de Leira para uma equipa e que paga os mesmos duzentos mil contos, prefiro esta solução que é mais «desportiva» e intelectualmente mais interessante, mais estimulante, porque se trata dos jovens pequenos, dos cidadãos de amanhã. É urgente que os miúdos que habitam as aldeias mais recônditas do Concelho tenham igualdades de oportunidades. Fui chamado há uns dias à DREL para uma reunião com o Senhor Director Regional porque me queria sensibilizar para a necessidade, a urgência, de encerrar cerca de vinte e quatro, salvo erro, salas de aulas que têm menos de onze alunos, medeia entre os quinze, dezoito e os sete, oito, parece que é a escola mais pequena que temos. Imaginem que numa escola com onze alunos existem as quatro classes, primeira, segunda, terceira e quarta classe, imaginem o professor a dar a onze alunos os quatro anos, imaginem o nível de brincadeiras e de entretenimento que aquelas crianças têm, todas vivendo na mesma rua possivelmente, como é que queremos que dali surjam cidadãos «crescidos», com responsabilidade, gente crítica, educadamente crítica. Esta aposta é uma aposta em que estamos, eu particularmente, mas a Câmara toda ela, verdadeiramente empenhada, vamos consegui-la, certamente, trata-se dos nossos filhos, dos vossos netos, tratam-se daqueles outros que esperam ansiosamente uma igualdade de oportunidade, não ficaria bem com a minha consciência depois de ver a alegria e o sucesso que é estes quatro ou cinco projectos que temos já em execução, em funcionamento, até a próxima satisfação dos professores, dos pais, àquilo chama-se uma escola, ao resto chama-se um conjunto de alvenarias, com um telhado, cobertura, um sítio onde se aprende a ler. Grande parte do insucesso escolar, que depois se reflecte nos ciclos e nos secundários, começa exactamente a nível da instrução primária. Este é, de facto, o grande projecto que nós temos que vai ter algumas vicissitudes, algumas dificuldades, já estamos habituados a elas, mas com certeza vamos conseguir." ----

-- O Senhor Américo Peralta disse "começo por lhe dizer que estou satisfeito com este documento, o orçamento e o plano. Quando começo a analisar um documento desta natureza, lembro-me sempre dos três vértices de um triângulo, se estão preenchidos ou não e se fazem ligação ou não. Não há dúvida nenhuma que neste caso estão perfeitamente. Um tem a ver com as receitas, outro tem a ver com a distribuição e outro tem a ver com a concretização. Nestas três situações as coisas estão bem. Em termos de receitas, quarenta e nove milhões, na época em que estamos as dificuldades que estão à vista de toda a gente, de facto, é preciso trabalhar e bem, para conseguir este valor, já noutros orçamentos anteriores eu tinha alguma dúvida se chegássemos aos números que a Câmara avançava, mas o que é facto é que avançou sempre e, portanto, eu tenho que me render à evidência que os números são perfeitamente credíveis. Quando olhamos para a distribuição, as coisas também estão bem, olhamos para as funções sociais e, logo à partida, verificamos que a Educação com mais ou menos doze por cento é um bom valor, é sinal que a Carta Educativa começa a estar em movimento e isso é muito bom. Depois, reparamos aqui que em três áreas fundamentais, a água, o saneamento, o planeamento, consomem trinta e sete por cento, é também um número muito bom e é a razão pela qual eu estou satisfeito. Em termos de funções sociais, a rede viária com quinze por cento também é bom porque, evidentemente, que podia

haver os quarenta e nove milhões e esta distribuição ser de uma forma bem diferente, as coisas complicavam-se assim, desta forma estão bem. Olhamos para o serviço de dívida e também numa época em que quantos municípios têm dívidas muitas delas descontroladas, aqui verificamos que é perfeitamente razoável e podemos estar descansados que a saúde financeira deste Município está bem. Há sempre a hipótese num plano desta natureza ele incidir mais sobre despesa e menos sobre investimento, mas aqui, claramente, é o investimento que está na «berra», é um facto também bastante positivo. Em termos de concretização, de realização, é perfeitamente credível, conheço relativamente bem o Concelho e, portanto, vejo onde as coisas irão ser feitas e houve aqui um cuidado extremo e é de saudar esta situação. Temos aqui o plano tecnológico, evidentemente que a ideia é boa, o sucesso de uma ideia desta natureza é discutível, se corre bem ou corre mal a ver vamos, mas pelo menos fica a iniciativa de levar por diante um programa desta natureza, esperemos bem que ainda possamos dar um contributo ao Galileu, quem sabe, era interessante. Gosto sempre de colocar um desafio sempre que aqui venho e espero bem que numa próxima oportunidade se possa unir a CRIMA ao Carrascal, era uma ideia interessante. Em conclusão, há todas as razões para votar favoravelmente a este documento porque ele nos satisfaz plenamente.” -----

-- O Senhor António Milhano leu o documento que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

-- O Senhor Joaquim Biencard Cruz referiu que “é evidente que analisar um orçamento desta dimensão, seja ele do Estado ou de uma Câmara Municipal, não é fácil. Não é fácil porque se nós formos analisar até à exaustão, uma coisa é analisarmos na globalidade, é isso que temos feito, é isso que o Partido Socialista fez, que o Partido Social Democrata no início também fez, podendo apontar alguma coisa mais específica, mas analisar especificamente se nós vamos querer uma determinada verba para um determinado projecto ou não muito específico, é algo um bocadinho subjectivo e em que nunca a nossa análise poderá cair por isso, poderemos apontar uma que seja mais específica, nós não vamos concordar com ela, mas, em geral, quando se faz uma análise deste tipo deverá ser global e é essa em que eu irei cair, numa análise global deste orçamento.” O Senhor Deputado continuou a sua intervenção, fazendo uma análise aos vários documentos, a qual se anexa a esta acta com a designação de anexo CINCO. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que “venho só aqui manifestar o meu espanto porque ouvi a bancada do Partido Socialista a tecer tantos elogios a estes documentos e depois terminam dizendo que votam contra. É de facto de espantar, tanto que, como negativo, aponta a questão de saneamento que já foi aqui abordada e já está mais que batida e esclarecidas as dificuldades da SIMTEJO, da qual estamos dependentes. A questão de saúde, há dois projectos da Câmara Mafra e Malveira – Venda do Pinheiro que estão no Ministério da Saúde porque a saúde é uma responsabilidade da Administração Central, estão lá para despacho e continuam lá e continuamos sem Centros de Saúde. Este é outro ponto negativo que o PS acusa e, finalmente, uma coisa extraordinária, como não os deixaram estar nas comissões a gente vota contra.” -----

-- Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou à Digníssima Assembleia se este ponto poderia ser aprovado em minuta. Não havendo objecções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, duas abstenções da CDU, sete votos contra do Partido Socialista e um independente. Concluído o período da Ordem do Dia, passou-se ao período de Intervenção do Público. -----

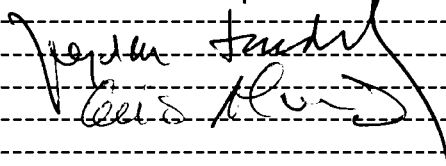
-- A Senhora Isabel Vieira, de Fonte Boa da Brincosa, Carvoeira, expôs o seu problema, o qual se anexa a esta acta com a designação de ANEXO SEIS. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam vinte e três minutos das vinte e três horas do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e cinco. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta

sessão: Mário João Acúrcio Vicente, Paulo Jorge da Conceição Ricardo, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues e Nuno João da Cruz Sardinha, tendo sido substituído por José Lourenço Alves Nascimento. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

  
Luís Alves

Nº 2

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO de 2005

### DECLARAÇÃO

As Junta e Assembleia de Freguesia de Mafra encontram-se numa situação, a nosso ver ilegal e propiciadora de tensões, que a todo o custo se deveriam evitar. Os órgãos em funções derivam de uma auto-denominada assembleia instaladora, que fez tábua rasa das decisões tomadas na 1ª assembleia, que tinha sido efectuada na sequencia dos resultados eleitorais de 9 de Outubro, e da qual foi lavrada acta.

Do facto queremos lembrar esta Assembleia, fazendo votos para que a situação retome o seu curso normal, para bem do seu funcionamento e dos interesses da população da Freguesia. A CDU aguarda a decisão do Tribunal Administrativo.

Pela Coligação Democrática Unitária



Mafra, 28 de Dezembro de 2005

ANEXO U17

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005

### DECLARAÇÃO

Não pode a CDU deixar de referir como negativo, por não terem sido cumpridos os mais elementares direitos do estatuto das oposições, o facto de esta força política (detentora do maior número de Presidências de Câmara na Grande Área Metropolitana de Lisboa), não ter sido ouvida para a composição da Mesa Eleitoral da Secção de Mafra, para a Assembleia da referida Área Metropolitana.

Acresce ainda que, na altura da votação, foram impedidos de exercer o seu direito de voto um membro do PSD e outro da CDU. O membro da CDU, Sr. Luís Vicente da Silva encontrava-se na altura a substituir a Sr.<sup>a</sup> Olga Pires, membro desta Assembleia, que tinha comunicado por escrito o seu pedido de substituição temporária, ao abrigo do Regimento.

Foi, na altura, pelo Sr. Presidente da Assembleia, invocado o facto de os membros impedidos de votar não terem tomado posse em Assembleia Municipal. Acontece que, em devido tempo, me tinha dirigido aos serviços desta Assembleia, para saber da inclusão do membro substituto da CDU nos cadernos eleitorais, onde me foi dito que essa inclusão iria ser feita. Não recebeu depois a CDU qualquer comunicação a anular o que me tinha sido dito. Na nossa opinião, esse requisito legal poderia e deveria ter sido ultrapassado, com a convocação de uma Sessão Extraordinária desta Assembleia, a realizar imediatamente antes da votação. Isso teria sido perfeitamente possível até porque, na referida votação, estiveram presentes todos os membros desta Assembleia.

Por ambos os factos, foram apresentados protestos na altura da votação, do que se dá conhecimento aos presentes.

Pela Coligação Democrática Unitária



Mafra, 28 de Dezembro de 2005

ANEXO DOIS



**Luís António Duarte Ribeiro Alves**  
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA  
MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

W  
b

## Antes da Ordem do Dia

### SAÚDE

Tendo vindo a público, no último mês e meio, a intenção do Ministério da Saúde de encerrar alguns Serviços de Atendimento Permanente em Centros de Saúde ("urgências"), desloquei-me no dia 07/12 ao Centro de Saúde de Mafra, para numa reunião informal com o Director do Centro de Saúde, Dr. Henrique Santos, onde debatemos este tema.

O Sr. Dr. Henrique Santos, confirmou a realização de uma avaliação por parte da ARS relativa ao funcionamento dos S.A.P., tendo o Director elaborado um relatório em que fazia uma avaliação da necessidade de manter em funcionamento este serviço no Centro de Saúde de Mafra. Neste relatório, para além de apresentar os números (média de 200 utentes/dia, sendo 15 em período nocturno), o Sr. Director enumerou ainda outros factores a ter em conta: o facto do encerramento do S.A.P. em Mafra ir agravar o número de utentes nas urgências do Hospital de Torres Vedras; a localização geográfica e o distanciamento de Mafra face aos Hospitais de referência - Torres Vedras ou Lisboa; o aumento previsível de população no concelho de Mafra; a população flutuante com segunda residência no concelho; a proximidade de zona turística como a da Ericeira, com a sua época balnear e os eventos internacionais; ...

Perante todos estes considerandos, o Dr. Henrique Santos está convencido que a quando da anunciada reestruturação do sistema de cuidados de saúde, prevista para o próximo mês de Janeiro, o S.A.P. de Mafra continuará em funcionamento. Segundo o mesmo, este foi também o sentimento que lhe foi manifestado em conversa informal pela Sra. Dra. Manuela Peleteiro, coordenadora da sub-Região de Saúde de Lisboa.

Ao confirmar-se em Janeiro a manutenção do S.A.P., terão que ser analisadas as alterações, que eventualmente, o novo diploma introduza no funcionamento destas unidades de saúde.

Solicitei ao Sr. Dr. Henrique Santos para que numa próxima Assembleia Municipal, e pedia desde já o consentimento da mesma, para que venha aqui apresentar-nos o novo modelo de funcionamento do Centro de Saúde de Mafra, caso se registem as alterações agora anunciadas mas ainda não confirmadas.

O Deputado Municipal  
Do Grupo Municipal do PPD/PSD

  
(Luís António D. Ribeiro Alves)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra e respectivos  
Membros da Mesa;  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra;  
Exmos. Senhores Vereadores;  
Digníssima Assembleia

Pedem-nos hoje a apreciação dos documentos previsionais para o ano de 2006, matéria esta tradutora da intenção política do executivo para este mandato.

Encontramos neste documento – certamente fruto de laborioso e empenhado esforço daqueles que o gizaram – medidas que se identificam com propostas que a Oposição também defende e que portanto merecerão o nosso apoio, certos que com tal posição favoreceremos o desenvolvimento equilibrado do Concelho e contribuiremos para o aumento da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Destas destacamos:

- A criação de infra-estruturas de apoio às actividades educativas/formativas, forma única de desenvolver a cidadania e a competência a que almejamos, possibilitando-nos ombrear com os demais cidadãos da comunidade europeia. Por exemplo os edifícios escolares e pontos de acesso Internet acessíveis à população em geral.
- A constituição de um parque tecnológico que permita a fixação de empresas dedicadas às novas tecnologias e com isso aumentar a oferta de postos de trabalho qualificado e qualificador.
- Também o melhoramento do Gabinete de Protecção Civil – como forma de concentrar e maximizar o esforço em situações de risco ou de emergência.

No entanto, encontramos também nestes documentos, algumas posições que pretenderíamos, a bem do desenvolvimento do Concelho, que tivessem uma expressão mais relevante, a saber:

- 
- Maior e mais rápido investimento no saneamento básico, de forma a recuperar o atraso existente nesta área;
  - Maior planeamento e investimento em habitação social;
  - Maior acutilância de investimento na área da Saúde;

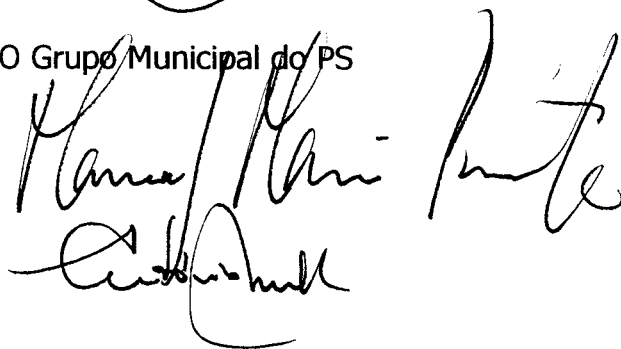
Encontramos também neste documento várias rubricas que tem vindo a ser sucessivamente inscritas nos diversos anos mas que não têm sido depois concretizadas, nomeadamente:

- Revisão dos diversos planos municipais;
- Projectos dos Centros de Saúde da Malveira e de Mafra.

Para além da avaliação que fazemos dos documentos que nos são apresentados que, como tivemos oportunidade de referir, contemplam aspectos positivos e negativos, entendemos que são sobretudo questões de natureza política que condicionam a nossa atitude. Com efeito, a marginalização das oposições com representação nesta Assembleia, das diversas comissões e grupos de acompanhamento da actividade municipal é indiciadora da vontade da maioria de exercer o poder sem a participação e contributos dos demais grupos municipais.

Assim sendo, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende não se poder comprometer com este orçamento e com as Grandes Opções do Plano, optando pelo voto contra.

O Grupo Municipal do PS



28 de Dezembro de 2005



Joaquim Maria Reis Catarino  
Biancard Cruz  
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

## **INTERVENÇÃO**

### Ordem do Dia

#### **Ponto 3 – Documentos Previsionais para o Ano de 2006 – Orçamento e Grandes Opções do Plano.**

Ex.mo Sr Presidente da AM e respectivos membros da mesa  
Ex.mo Sr Presidente da CM e respectivos membros do executivo  
Caros colegas Deputados Municipais  
Caros Srs Observadores e Responsáveis dos serviços

Depois de uma análise que fiz aos vários documentos que constituem este orçamento, e da percepção que fui tendo durante este tempo que nos foi dado para a sua análise, atrevia-me a definir o mesmo por três palavras:

- **Consolidação**
- **Austeridade**
- **Alavancagem**

**Consolidação** – porque assume na sua totalidade as responsabilidades e os compromissos do passado, (as dívidas, os investimentos plurianuais, os encargos,...) de forma harmonizada não asfixiando o desenvolvimento das actividades correntes e o lançamento de obras e investimentos de futuro. Sem para isso correr a malabarismos financeiros e contabilísticos (pelo menos não detectáveis) que deturpem o real estado da saúde financeira da CM.

Prova do que acabo de afirmar são os resultados do o mapa da relação Receita/Despesa correntes e de capital. Onde se pode realçar o «GAP» positivo que este apresenta, uma garantia clara de conforto e estabilidade.

Esta margem positiva gerada, dificilmente se deverá encontrar em outros orçamentos Câmaras Municipais congéneres face à conjuntura vivida actualmente pelo país, de crise social e económica, os limites impostos ao financiamento das autarquias, e dos recentes cortes de transferências estipuladas para as autarquias locais, que o Orçamento do Estado (OE) recentemente aprovado contempla. Facto que contesto, pois não posso estar mais de acordo com uma afirmação de um ex dirigente governativo nacional: «Um escudo numa autarquia vale mais do que um escudo nos organismos centrais do Estado».



Joaquim Maria Reis Catarino  
Biancard Cruz  
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

---

**Austeridade** – Austeridade pelo Rigor, o que é imperativo nos dias correntes.

Normalmente é assustador ver nos orçamentos de entidades públicas (Institutos, Direcções Gerais, CM,...) a rubrica de Despesa com o Pessoal (ex: caricato disso era o caso do ICEP - um peso de cerca de 80%).

Neste orçamento a Despesa com o Pessoal tem um peso de 39% do total da despesa corrente, 22% despesa total. Estando a um nível muito equilibrado e libertando recursos para o investimento em serviços e infra estruturas. Contudo não poderei deixar um apelo claro à contenção ou mesmo diminuição da contratação de pessoal no funcionalismo publico, devendo-se sempre que possível optar pelo outsourcing estratégico dos serviços.

É de realçar que a gestão da dívida está feita de forma muito eficaz, utilizando engenharia financeira dinâmica, com uma estrutura de juros bem negociada, garantido um custo de financiamento de excelência para o sector em causa. A dívida contraída ao longo dos anos tem sido amortizada a um bom ritmo, demonstrando um controle bastante razoável da exposição financeira do Município a terceiros.

Do lado das receitas, a carga tributiva é a principal fonte de funding (os impostos directos são «Senhores e Reis», com um peso de 40 a 50%). Com a redução das transferências do Estado Central para as Autarquias já mencionadas, parece que se está a optar por dois caminhos de financiamento alternativos:

1. a criação de novos impostos, em que se tem dado «asas» à imaginação, até agora as ideias apresentadas vem muito de encontro a filosofia do utilizador pagador, mas na realidade não tem havido muito coragem para os implantar;
2. diversificação das fontes de proveitos com base nas mais valias, de venda de prestação de serviços, aluguer de espaços e equipamentos, exploração de energias renováveis,... que aqui já atingem os 14% do total das receitas correntes. Aliás é esta a tendência que se aconselha tendo noção que é o caminho mais difícil de percorrer.

Finalmente verifico que o Financiamento de Novos Investimentos, é feito a mais de 80% à custa das receitas de capital, deixando uma magra fatia para as receitas correntes. Talvez aqui seria preferível ter um maior equilíbrio, no entanto no caso particular de Mafra, espelha muito bem a criatividade de vanguarda que se tem tido em «project finance», sem a qual seria impossível concretizar a obra que está à vista em todo o concelho.

Embora esteja contemplado no OE um verba avultada que não vai ser transferida de imediato para as autarquias e que vai ser gerida ao longo do ano, para necessidades que possam vir a ocorrer... Aí temos o perigo de mais uma vez se cair na prática tão desprezível e tão conhecida da Democracia Portuguesa (transversal aos principais partidos). Passo a explicar: «Se sou do partido A dou a A, e não dou nada a B nem C». Ora como a situação actual de Mafra é a de B não há nada como à partida se envergar pela austeridade orçamental (e este Orçamento envergou correctamente por este caminho) porque aqui dificilmente pode vir a sair uma fracção desta Lotaria Milionária Autárquica.



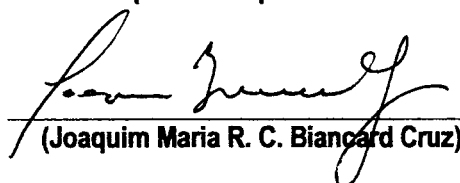
Joaquim Maria Reis Catarino  
Biancard Cruz  
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

**Alavancagem** – Porque permite este Orçamento permite o lançamento e a continuação de projectos futuros de grande envergadura, dentro dos quais realço quatro:

1. Aumento da capacidade do sistema de abastecimento de águas a todo o concelho. O executivo camarário aqui poderia ter optado por uma posição comodista, mas preferiu ter uma posição sustentada, de médio longo prazo, por antecipação;
2. Conclusão do Troço Mafra/Ericeira da A21, e a 2ª e 3ª fase da CRIMA;
3. Parque tecnológico – que reúne entidades publica e privadas – dedicado à investigação e inovação. Esta Restruturação do Parque de Oficinas, torna apetecível a fixação de novas empresas no Concelho, criando –se assim riqueza geradora de mais postos de trabalho;
4. E Finalmente a reformulação da Rede Escolar – grande preocupação social deste executivo, que aliás já tinha sido preconizada pela Carta Educativa. Considero a estruturação financeira de promoção deste projecto de «Brilhante»;

Os meus desejos de um Bom Ano de 2006 a todos os presentes e às respectivas famílias.

O Deputado  
Do Grupo Municipal do PPD/PSD

  
(Joaquim Maria R. C. Biancard Cruz)

28/12/05

28 de Dezembro 2005

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia, minhas Sras. e meus Srs. e Publico em geral,

Na qualidade de moradora em Fonte Boa da Brincosa, freguesia da Carvoeira, e em representação de alguns moradores agradecia que fosse verificado pela Câmara Municipal de Mafra, uma construção, com projecto aprovado ref. OP 362/2005, que está a ser feita mesmo no centro da povoação.

Este projecto pertencente ao Sr. Sérgio Paulo Pedroso Franco e localizado na Rua da Ramalha, com esquina à Rua da Fonte, está a ser executado com fundações e respectivos pilares no limite do asfalto. Acontece que esta obra está localizada numa rua praticamente sem visibilidade para condutores e peões, e os moradores estão preocupados com o decorrer do projecto, visto que este irá piorar a situação e colocar em risco todos os por ali passam.

A Junta de Freguesia da Carvoeira já deu conhecimento desta situação à Câmara em ofício nº100/2005, de 12 de Dezembro, mas uma vez que a população desta localidade continua a verificar o prosseguimento normal desta obra, gostaríamos de apelar à Câmara Municipal de Mafra para que sejam tomadas providencias urgentes, uma vez que a obra ainda está no seu inicio.

A localidade de Fonte Boa da Brincosa já de si tão penalizada com Arruamentos estreitos e de circulação difícil ficará uma vez mais prejudicada, e os seus moradores insatisfeitos, se nenhuma providencia for tomada para impedir que esta obra prossiga tal como aqui se apresenta, não sendo salvaguardada a segurança e integridade da população.

Agradeço a atenção dispensada

Isabel Vieira

ANEXO SEIS